

EDITAL - CONCURSO DE TESES XXIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO - ABRADT 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO - ABRADT

A Associação Brasileira de Direito Tributário - ABRADT torna público à comunidade acadêmica e profissional e a todos os interessados na participação no **XXIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO - ABRADT** o presente edital do **concurso de teses**, com o prêmio “*Sacha Calmon*”, por meio do presente edital.

I – DAS INSCRIÇÕES

I.1 – É facultada a qualquer participante, desde que inscrito no **XXIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO - ABRADT**, a apresentação de Tese, abordando exclusivamente o temário central “**A NORMA TRIBUTÁRIA E O ESTUDO DE UM CASO CONCRETO**”.

I.1.1 – Os participantes deverão desenvolver uma tese no formato de um artigo científico que analise um caso concreto a partir da ótica da norma tributária. Para melhor orientação do(a) candidato(a), consta no **ANEXO I** algumas sugestões metodológicas sobre a importância de estudo de caso e bibliografia básica.

I.1.2 – Cada participante poderá concorrer somente com um trabalho inédito, seja como autor(a) ou coautor(a).

I.2 – O participante deverá remeter o arquivo digital em formato “pdf” contendo o texto até o dia **04 de outubro de 2021 (04/10/2021)** através do site/portal do ABRADT no campo específico do Concurso de Teses.

I.3 – O ato de inscrição no concurso de teses implica em concordância e aceitação, por parte do(a) candidato(a), de todas as cláusulas e condições do presente edital.

I.4 - O trabalho deverá ser escrito em Língua Portuguesa e não poderá constar, em seu corpo, qualquer forma de identificação do(a) candidato(a).

I.5 – Para aceitação da Tese, o(a) autor(a) deverá estar inscrito no **XXIV Congresso de Direito Tributário – ABRADT** até o dia **04 de outubro de 2021 (04/10/2021)**. Podendo a data ser prorrogada a critério da Comissão Julgadora de Teses

I.5.1 – No ato de inscrição por meio do portal da ABRADT, deverá constar os seguintes dados:

- a) Nome completo do (a)(s) autor (a)(es) e mini currículo (máximo duas linhas);
- b) Cargo/titulação;
- c) Empresa/instituição de ensino;

- d) Endereço Eletrônico
- e) Endereço para correspondência;
- f) CEP/Cidade/ Estado;
- g) Telefone com DDD;
- h) Foto Profissional, preferencialmente em fundo branco.

II – DOS TRABALHOS INSCRITOS

II.1 – Os trabalhos inscritos deverão atender às especificações e aos seguintes critérios de apresentação e formatação abaixo discriminados:

- a) Título em português e língua estrangeira (em negrito e centralizado);
- b) Resumo com até 100 palavras em português e língua estrangeira (espaçamento simples entre linhas);
- c) Palavras-chave em português e língua estrangeira (separadas por ponto e vírgula);
- d) Páginas de 15 a 25 no total;
- e) Sumário (em negrito, com a divisão da estrutura do trabalho e seus títulos e subtítulos);
- f) Introdução (em negrito, numerada e alinhada à esquerda);
- g) Desenvolvimento (com os itens nominados pelo(a) autor(a) em negrito, numerados e alinhados à esquerda);
- h) Conclusão (em negrito, numerada e alinhada à esquerda) e Referências Bibliográficas (em negrito, numerada e alinhada à esquerda);
- i) Tamanho do papel A4;
- j) Margens superiores e esquerda de 3 cm e inferior e direita de 2 cm;
- k) Fonte Times New Roman tamanho 12, exceto nas notas de rodapé e citações longas e recuadas, quando terão tamanho 10; » texto justificado;
- l) Espaçamento entre linhas 1,5 cm, exceto entre as linhas de citações longas e recuadas e notas de rodapé, que devem conter espaçamento simples;
- m) Parágrafo com recuo à esquerda em 1,5 cm;
- n) Citações longas (mais de 3 linhas), recuadas à esquerda em 4 cm, com letra tamanho 10 e espaçamento simples entre as linhas;
- o) Notas de rodapé com referência completa;
- p) Texto: os textos devem ser revisados e possuir linguagem adequada, evitando-se a utilização de negrito e sublinhado. Sempre que se quiser dar destaque a alguma palavra, recomenda-se a utilização de itálico;
- q) Sobre as referências das citações: as referências devem ser feitas nas notas de rodapé, com inclusão de todas as informações em modelo completo, repetindo-as sempre que necessário (sem a utilização de Op. Cit., Idem e indicadores semelhantes).

II.2 – O título do trabalho deverá, assim como o conteúdo do artigo, ser inédito sendo vedada a realização de título coincidente com o tema central do concurso, descrito abaixo no item III.

II.3 – A inobservância dos critérios acima acarretará a desclassificação do concorrente.

II.4 – Os trabalhos poderão ser realizados individualmente ou em um grupo de até 03 pessoas, sendo em grupo, todos deverão respeitar os requisitos descritos nos itens I.1 e I.5 deste edital.

III – DOS TEMAS

III.1 – O Concurso de Teses da ABRADT tem como tema central **“A NORMA TRIBUTÁRIA E O ESTUDO DE UM CASO CONCRETO”**. Sugestões metodológicas dispostas no ANEXO I.

IV – DO JULGAMENTO

IV.1 - O julgamento será feito em duas etapas, uma escrita e uma oral. Primeira Etapa (escrita) terá a pontuação de **70 pontos** “conforme anexo II” e a Segunda Etapa (oral) terá a pontuação de **30 pontos** “conforme anexo III, totalizando 100 pontos.

IV.2 - A Comissão Organizadora de Teses é composta pelos seguintes Coordenadores:

Comissão Organizadora de Teses

- Valter de Souza Lobato | Advogado, Presidente ABRADT
- Juselder Cordeiro da Mata | Advogado, Diretor ABRADT
- Alexandre Costa | Advogado, Diretor da ABRADT
- Freitrich Heidenreich | Advogado, Presidente da ABRADT Jovem
- Frederico Marques | Advogado, Vice-Presidente da ABRADT Jovem
- Luken Martins | Estudante de Direito, Membro da ABRADT Jovem

IV.3 – A Comissão Organizadora de Teses, acima nomeada, deverá nomear os julgadores das teses. Competem os Membros Avaliadores a atribuição pelo julgamento dos trabalhos com base em critérios técnicos objetivos. Para ampla garantia dos critérios de neutralidade das avaliações, as teses serão sorteadas e distribuídas às cegas para dois ou mais avaliadores diferentes como propósito de verificar as médias das avaliações (excluindo a maior e a menor nota):

IV.4 - Por ocasião do julgamento serão considerados os seguintes critérios de análise

IV.4.1- Etapa escrita:

- a) Adequada determinação do problema e justificativa para a abordagem do trabalho;
- b) Exposição, adequação da metodologia da pesquisa e qualidade de pesquisa;
- c) Revisão e adequação bibliográfica e revisão da literatura sobre o tema (conteúdo adequado ao tema proposto);
- d) Capacidade do trabalho em contribuir para a discussão na área;
- e) Aspectos textuais, adequação da redação e correta formatação, referências às fontes de pesquisa (respeito às referências e fontes, organização e escrita);
- f) Originalidade, novidade, legitimidade das conclusões, adequação linguística e discursiva, bem como a coesão, coerência textual e correção gramatical;
- g) Correlata adequação científica da pesquisa.

IV.4.2- Etapa Oral:

IV.4.2.1- A etapa oral será em ambiente virtual em decorrência da pandemia do COVID-19, no dia **20 de outubro de 2021 às 19h** em **OFICINAS** realizadas do **XXIV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA ABRADT**.

IV.4.2.2- A etapa oral será examinada e pontuada por membros nomeados pela Comissão Organizadora, os quais deverão levar em conta os seguintes critérios, entre outros:

- a) Estrutura (Objetivos, desenvolvimento, postura, firmeza e conclusões);
- b) Clareza, objetividade, domínio do tema e capacidade de síntese;
- c) Adequação ao tempo disponível;
- d) Coerência da exposição oral com o resumo, correção de português e linguagem apropriada;
- e) Fundamento, retórica, potencial de convencimento.

IV.4.2.3 – Outros critérios julgados imprescindíveis poderão ser adotados pela Comissão Organizadora de Teses no momento de análise do trabalho, em caso de real necessidade e em última hipótese.

IV.4.2.4 – A Comissão Organizadora de Teses até o dia **13 de outubro de 2021 (13/10/2021)** divulgará os **(03) três** melhores trabalhos analisados, através das redes sociais da Abradt. Os **(03) três** trabalhos selecionados terão o direito a exposição oral, **com duração de no máximo 10 (dez) minutos** (a ordem da apresentação oral será decidida por sorteio no dia da apresentação) para a escolha dos 03 (três) primeiros colocados.

IV.4.2.5 – A apresentação oral **ocorrerá por meio de ambiente virtual (em decorrência da pandemia do COVID-19)**, na plataforma exclusiva da ABRADT na data e hora estabelecida na programação do Congresso. Em caso de mais de um(a) autor(a), deverá ser escolhido somente um(a) orador(a) para participar da etapa oral, a critério do grupo inscrito.

IV.4.2.6 – A divulgação do resultado final, acontecerá em horário estabelecido na Programação do próprio Congresso, juntamente com a premiação.

V – DA PREMIAÇÃO

V.1 – Os três finalistas (com somatório das maiores notas da etapa escrita e oral) serão certificados pela ABRADT pelo envio de certificado digital por meio e-mail cadastrado, sendo que a Comissão Organizadora poderá, ainda, definir prêmios suplementares. Ao primeiro colocado será conferido o Prêmio Sacha Calmon.

V.2 – O prêmio é relativo ao trabalho, de forma que, mesmo que o artigo científico vencedor tenha sido escrito por mais de um(a) autor(a), o prêmio será uno.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

VI.1 – Fica vedada a participação de membros da Diretoria da ABRADT e dos membros da ABRADT Jovem que auxiliam diretamente o concurso de teses.

VI.2 – Os casos não previstos neste edital serão verificados pela Comissão Organizadora de Teses.

Belo Horizonte/MG, **26 de agosto de 2021.**



Valter de Souza Lobato
Presidente da ABRADT

ANEXO I

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O CONCURSO DE TESES

O tema deste ano é: “**A norma tributária e o estudo de um caso concreto**”

Os participantes deverão desenvolver um artigo que analise um caso concreto a partir da ótica da norma tributária. **As informações adicionais são apenas contribuições exemplificativas.** Os participantes poderão consultar outras fontes sobre a norma jurídica tributária, conforme sua própria pesquisa bibliográfica.

I- A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE CASO¹

O fenômeno jurídico pode ser estudado a partir de diferentes métodos e com ênfase em aspectos distintos. Uma das possibilidades, abarcada pela chamada *dogmática jurídica* ou *ciência do direito em sentido estrito*, circunscreve-se sobremaneira a problemas de um tipo específico: dúvidas concernentes ao sentido e alcance de normas jurídicas, à interpretação e aplicação de textos normativos ou juridicamente relevantes (o que denota um sentido profundamente prático). Nesta direção, fala-se de um conhecimento teórico que tem como fim fornecer razões para uma *decisão*.²

Considerando a natureza epistemológica da dogmática jurídica e a que propósitos ela comumente serve, a escolha pelo estudo de casos parece ser bastante adequada para a pesquisa dogmática, especialmente porque as dúvidas de interpretação / aplicação de textos normativos tendem a emergir precisamente diante de circunstâncias fáticas específicas. E trata-se de uma via de mão dupla, por assim dizer: o estudo de um caso pode ser meio importante de desenvolvimento da dogmática jurídica, que, melhor desenvolvida, também melhor atenderá as necessidades de decisão. Mais ainda: a análise de casos específicos pode servir também para lançar luz não apenas à dogmática de um campo específico do direito, mas também a questões que transcendem a dogmática para fazer parte daquilo a que se dedica parte da filosofia do direito ou teoria do direito. Neste sentido, *v.g.*, Ronald Dworkin (1931-2013) retoma alguns casos famosos da jurisprudência do sistema *common law* para demonstrar as limitações do positivismo³; e foi concebendo um caso hipotético, baseado em alguma medida em casos reais que o precederam, que Lon Fuller estabeleceu, ao mesmo tempo, um instrumento pedagógico e uma síntese dos debates de muitas décadas sobre interpretação jurídica de sua comunidade jurídica.⁴

¹ ALVES, Henrique Napoleão. Interpretação jurídica e o indeferimento de opção pelo Simples Nacional: filosofia do direito e direito tributário a partir de um estudo de caso. Revista Argumentum, v. 16, n. 1, p. 255-276, jan.-dez. 2015, p. 255-259.

² Cf. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. A Ciência do Direito. São Paulo: Atlas, 1980; FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito – Técnica, Decisão, Dominação. 4 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Atlas, 2003.

³ Fazemos menção específica, aqui, à obra “O Império do Direito” (apesar do uso de casos ser recorrente em trabalhos anteriores deste autor, dos quais a citada obra em muito se beneficia). Cf. DWORKIN, Ronald. Law’s Empire. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

⁴ Cf. FULLER, Lon Luvois. O caso dos exploradores de cavernas [The case of the speluncean explorers]. Trad. Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1976 [1949]. Desde que foi traduzido para o português brasileiro pelo professor Plauto Faraco de Azevedo e aqui publicado pela editora Sergio Antonio Fabris em 1976, o “Caso dos Exploradores de Cavernas” tem sido amplamente utilizado nos

Apesar disso, a análise detida de casos específicos não é tão frequente na literatura jurídica. Ao testemunhar tanto as vantagens que o estudo de caso pode trazer quanto a relativa escassez do seu uso na dogmática jurídico-tributária, o presidente da Abradt Valter Lobato teceu as seguintes considerações:

A melhor compreensão das normas jurídicas, do seu sentido e do seu escopo de aplicação, é favorecida enormemente pela reflexão teórica associada ao exame de casos específicos do “mundo da vida” em que as normas são problematizadas à luz de circunstâncias fáticas sempre mais complexas do que o estudo puro de textos normativos pode nos sugerir.

A assertiva é “ainda mais” verdadeira, se fosse possível graduar a verdade (somente a adequação), se levarmos em conta o direito tributário brasileiro, esse imenso sistema entrelaçado de textos e contextos de diferentes origens e níveis hierárquicos dentro da complexa estrutura jurídico-estatal que o compõe. Por isso, é particularmente curioso que muitos não se façam valer da importante estratégia epistemológica de problematizar as normas à luz de casos emblemáticos, ainda mais se considerarmos que uma das funções maiores dos estudiosos do direito tributário é produzir textos capazes de direcionar a ação prática dos agentes públicos e privados envolvidos nas questões tributárias do cotidiano.

Diante dessas colocações, é possível falar do uso de casos, em alguma medida, como responsabilidade.⁵

II- BIBLIOGRAFIA BÁSICA (SUGERIDA)

A organização do Concurso de Teses indica aos participantes uma bibliografia básica, sugerida abaixo.

A organização também encoraja os participantes a consultarem outras fontes sobre a norma jurídica tributária, conforme sua própria pesquisa bibliográfica

II.1 SOBRE ESTRUTURA DA NORMA TRIBUTÁRIA:

cursos de graduação em Direito em todo o país como introdução ao estudo do direito e às diferentes escolas de pensamento sobre o que é o direito e sobre como magistrados decidem e devem decidir casos concretos. O professor William Eskridge Jr. fez uma análise particularmente interessante da pequena obra de Fuller, traçando paralelos entre os argumentos e teorias exibidos pelos magistrados fictícios da obra e as diferentes fases históricas de hegemonia de correntes distintas de pensamento jurídico no âmbito da Suprema Corte dos Estados Unidos e na literatura jurídica estadunidense da segunda metade do século XIX ao longo do século XX, demonstrando que o opúsculo é uma espécie de condensação – numa casca de noz – de debates de muitas décadas sobre interpretação jurídica. Cf. ESKRIDGE JR., William N. The Case of the Speluncean Explorers: Twentieth-Century Statutory Interpretation in a Nutshell. *George Washington Law Review*, Vol. 61 No. 6, p.1731-1753, August 1993. Fuller concebeu ainda outro caso hipotético notório internacionalmente (parte de sua obra “The Morality of Law”), mas menos conhecido pelo público brasileiro, publicado entre nós por intermédio do professor Dmitri Dimoulis, e que promove novamente a discussão entre direito e moral e entre “direito positivo” e “direito justo” tendo como pano de fundo uma situação hipotética de justiça de transição. Cf. FULLER, Lon Luvois; DIMOULIS, Dmitri (ed.). *O caso dos denunciadores invejosos – introdução prática às relações entre direito, moral e justiça*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007 [1969].

⁵ LOBATO, Valter de Souza. O princípio da confiança retratado no Código Tributário Nacional. A aplicação dos artigos 100 e 146 do CTN. A análise de casos concretos. *Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas*, v. 6, p. 42-70, 2012.

A bibliografia **sugerida** sobre estrutura da norma jurídica tributária contém clássicos eternos do Direito Tributário, assim como obras mais recentes que merecem a atenção de cada estudiosa e de cada estudioso desse ramo jurídico.

ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. [Qualquer edição]

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. [Qualquer edição]

CARVALHO, Paulo de Barros. *Teoria da Norma Tributária*. [Qualquer edição]

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Teoria Geral do Tributo e da Exoneração Tributária*. [Qualquer edição]

COSTA, Alexandre Freitas. *Finalidade e Destinação – Limites Constitucionais à Instrução de Contribuições Especiais no Direito Brasileiro*. [Qualquer edição]

DERZI, Misabel. *Direito Penal, Direito Tributário e o Conceito de Tipo*. [Qualquer edição]

GAMA, Tácio Lacerda. *Competência Tributária: Fundamentos Para uma Teoria da Nulidade*. [Qualquer edição]

II.2 SOBRE ESTUDOS DE CASO:

Cada um dos estudos mencionados abaixo versa sobre um tema específico. Os estudos estão indicados pela organização do Concurso de Teses apenas como exemplos metodológicos, i.e., para que os participantes se familiarizem com os estudos de casos concretos como opção de pesquisa.

ALVES, Henrique Napoleão. Interpretação jurídica e o indeferimento de opção pelo Simples Nacional: filosofia do direito e direito tributário a partir de um estudo de caso. Revista Argumentum v. 16, n. 1, p. 255-276, jan.-dez. 2015.

ALVES, Henrique Napoleão; COELHO, Eduardo Junqueira. ICMS e as operações ship-to-ship em zona econômica exclusiva. Revista Direito Tributário Atual, n.43. ano 37. p. 173-196, 2019.

LOBATO, Valter de Souza. O princípio da confiança retratado no Código Tributário Nacional. A aplicação dos artigos 100 e 146 do CTN. A análise de casos concretos. Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas v. 6, n. 35, p. 42-70, nov.-dez. 2012.

ANEXO II – ETAPA ESCRITA

FICHA DE AVALIAÇÃO CONCURSO DE TESES – 2021 – 1ª ETAPA (ESCRITA) – 70 PONTOS

Título do trabalho:

Avalie os quesitos abaixo, tendo em vista que as menores notas indicam consideração negativa quanto ao trabalho enquanto as maiores influem positivamente na sua avaliação:

1- Adequada determinação do problema e justificativa para a abordagem:

O problema abordado foi indicado claramente e delimitado de modo satisfatório? O artigo é genérico ou propõe abordagem precisa de determinado problema? A justificativa para o trabalho foi indicada? A pesquisa do problema trabalhado é importante?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

2- Exposição, adequação da metodologia da pesquisa e qualidade de pesquisa:

Há menção à metodologia utilizada para a pesquisa? A metodologia menciona o tratamento e a escolha das fontes utilizadas? Ela é adequada para conduzir às conclusões apontadas? O título e o resumo indicam com clareza as informações sobre o trabalho?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

3- Revisão e adequação bibliográfica da bibliografia e revisão da literatura sobre o tema (Conteúdo adequado ao tema proposto):

O trabalho realiza a revisão da literatura sobre o problema? O artigo suscita ou propõe novas pautas de pesquisa? O artigo dialoga com as atuais contribuições teóricas sobre o tema? O trabalho utiliza-se de outros periódicos como fontes privilegiadas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

4- Capacidade do trabalho contribuir para a discussão na área:

O artigo submetido contribuiu para o enfrentamento do problema proposto? A abordagem utilizada é consistente? Há imprecisões ou equívocos no manejo do aparelho dogmático da área? Pode-se identificar a contribuição pessoal do autor?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

5- Aspectos textuais, adequação da redação e dos demais aspectos textuais do trabalho e a correta formatação, referências às fontes de pesquisa (respeito às referências e fontes, organização e escrita):

A redação empregada no trabalho obedeceu às regras do vernáculo? O texto é claro, conciso e objetivo? Há fluidez na leitura do artigo e clareza linguística na exposição dos argumentos? O trabalho segue as regras da ABNT? É possível identificar com clareza as obras citadas e/ou as decisões e leis indicadas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6- Originalidade, novidade, legitimidade das conclusões, adequação linguística e discursiva, bem como a coesão, coerência textual e correção gramatical:

O trabalho segue os padrões de originalidade, novidade e legitimidade das conclusões? É possível identificar com clareza o primor da qualidade, adequação linguística e discursivas em consonância com a coesão, coerência e correção gramatical?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7- Correlata adequação científica da pesquisa:

O referencial teórico pesquisado está adequado para a resposta ao problema da pesquisa? As referências são atuais e abarcam a literatura relevante sobre o tema? A pesquisa realizada possui complexidade e profundidade compatível com o caráter científico de uma tese? A estrutura e a linguagem do artigo são claras e aptas para o alcance dos objetivos da pesquisa?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Valor total 70 – NOTA DO(A) CANDIDATO(A): []

Parecer/Avaliação final:

Artigo não aceito.

Artigo aceito.

Avaliador:

Caso o avaliador envie o artigo através de seu e-mail, não é necessária a assinatura do parecer, basta que o nome seja preenchido.

Nome e Assinatura do Avaliador

ANEXO III – APRESENTAÇÃO ORAL**FICHA DE AVALIAÇÃO CONCURSO DE TESES – 2021 – 2ª ETAPA (ORAL) – 30 PONTOS****GRAU DE AVALIAÇÃO**

1= RUIM; 2 = MÉDIO; 3 = BOM; 4 = MUITO BOM; 5 = ÓTIMO; 6 = EXCELENTE

APRESENTAÇÃO ORAL (SOMA EM 30)**1. ESTRUTURA (OBJETIVOS, DESENVOLVIMENTO, POSTURA, FIRMEZA E CONCLUSÕES):**

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

2. CLAREZA, OBJETIVIDADE, DOMÍNIO DO TEMA E CAPACIDADE DE SÍNTESE:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

3. ADEQUAÇÃO AO TEMPO DISPONÍVEL:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

4. COERÊNCIA DA EXPOSIÇÃO ORAL COM O RESUMO, CORREÇÃO DE PORTUGUÊS E LINGUAGEM APROPRIADA:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

5. FUNDAMENTO, RETÓRICA, POTENCIAL DE CONVENCIMENTO:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

Nome e Assinatura do Avaliador